

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.688 - CE (2019/0357190-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : TASSIA NOGUEIRA BARBOSA DE ALMEIDA LEITAO
ADVOGADA : TASSIA NOGUEIRA BARBOSA DE ALMEIDA LEITÃO -
CE028033
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : ANTONIO FIRMO DA CUNHA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Antônio Firmo da Cunha**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Ceará, que indeferiu o pedido liminar em *writ* ali impetrado, mantendo a ordem de prisão expedida pelo Juiz de piso (*Habeas Corpus* n. 0632404-52.2019.8.06.0000).

Consta dos autos que, no dia 24/3/2000, foi prolatada sentença condenando o paciente à pena de 13 anos de reclusão, para cumprimento em regime inicial fechado, em razão do cometimento do delito de homicídio duplamente qualificado (Ação Penal n. 0000.01.17663-3).

Sustenta a impetrante, em síntese, que o Magistrado *a quo*, ao realizar a dosimetria da pena, cometeu erro grosseiro, uma vez que considerou como agravantes as duas qualificadoras – aumentando um ano por cada uma – em vez de utilizar uma delas para justificar o tipo penal qualificado.

Defende que, com a redução da pena final em um ano, estaria configurada a prescrição da pretensão punitiva de forma retroativa, já que entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença de pronúncia transcorreram mais de 19 anos.

Postula, ao final, a superação da Súmula 691/STF e a concessão liminar da ordem para que *seja concedido salvo-conduto, suspendendo-se o cumprimento do mandado de prisão já expedido, até julgamento do mérito da presente impetração* (fl. 11).

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

As Turmas integrantes da Terceira Seção desta Corte, na esteira do preceituado no Enunciado n. 691 da Súmula do Pretório Excelso, têm entendimento pacificado no sentido de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator indeferindo medida liminar, em ação de igual natureza, ajuizada perante os Tribunais de segundo grau, salvo a hipótese de inquestionável teratologia ou ilegalidade manifesta.

No caso, entendo que se encontra presente a plausibilidade jurídica do pedido.

Consta dos autos a sentença condenatória proferida pelo Juiz Presidente do 3º Tribunal do Júri da Capital/CE, com o seguinte trecho (fl. 427 – grifo nosso):

[...]

Considerando que o Conselho de sentença, por unanimidade, afirmou os quesitos da autoria e da materialidade;

Considerando que o Plenário inaceitou a tese de desclassificação de homicídio doloso para culposo, fixo a pena base em 12 (doze) anos de reclusão;

Considerando mais, que os Juizes Leigos, por maioria, reconheceram que a conduta do réu fora frívola, aumento a pena de 1 (um) ano de reclusão;

Considerando, outrossim, que por resultado igual ao quesito anterior, o conselho reconheceu que a vítima fora apanhada em estado de desprevenção, acresço a pena de mais 1 (um) ano;

Considerando, entretanto, que, o Júri, sem voz dissonante, reconheceu militar atenuante em prol de Antônio Firmo da Cunha, reduzo a pena em 1 (um) ano, 13 (treze) anos de esses de reclusão, tornada definitiva, que ele cumprirá, inicialmente, em regime fechado, em Presídio Oficial, por infração ao art. 121, § 2º, inc II e IV, c/c o art. 29, ambos do Código Penal.

Expeça-se mandado de prisão.

[...]

Contudo, entende-se, no âmbito desta Corte Superior de Justiça, que, havendo pluralidade de qualificadoras, utiliza-se uma delas para justificar o tipo penal qualificado, podendo as demais ser empregadas, na segunda fase de aplicação da pena, como agravantes, ou, residualmente, na primeira fase, como circunstâncias judiciais.

Nesse sentido: AgRg no REsp n. 1.644.423/MG, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, Dje 17/3/2017.

E, no caso, o Juiz utilizou as duas qualificadoras como agravantes, tratando-se, portanto, de ilegalidade flagrante.

Superior Tribunal de Justiça

No mais, alterando-se a pena – de 13 para 12 anos –, realmente o caso de modificar o lapso prescricional – de 20 para 16 anos –, podendo haver reflexos na prescrição da pretensão punitiva.

Em face do exposto, **defiro** o pedido liminar para que seja expedido salvo-conduto em favor do paciente, em relação à Ação Penal n. 0000.01.17663-3, da 3ª Vara do Júri da comarca da Capital/CE.

Solicitem-se informações ao Juiz da 3ª Vara do Júri da comarca da Capital/CE, que deverá informar quais foram as causas interruptivas da prescrição na Ação Penal n. 0000.01.17663-3 e quando elas se deram, com relação ao paciente.

Solicitem-se, ainda, informações ao Tribunal de Justiça do Ceará, que deverá informar acerca do trâmite do *Habeas Corpus* n. 0632404-52.2019.8.06.0000, alertando-se para o fato de que o deferimento da presente medida de urgência não torna prejudicado o julgamento do mérito do *writ* ali impetrado.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator